

TÓPICOS EM EDUCAÇÃO NAS CARTAS DE MANUEL DA NÓBREGA: ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES (1549-1559)

Marcos Roberto de Faria¹

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

RESUMO:

Especificar as representações de escola, ensino e aluno a partir das cartas de Manuel da Nóbrega é a preocupação primeira deste artigo. Nesse caminho, faz-se um cruzamento das informações obtidas das missivas com as *Constituições* jesuíticas de 1556. O trabalho destaca também a definição de pessoa humana presente no *Diálogo sobre a conversão do gentio*, considerando as informações aí presentes como fundamentais para se entender a prática jesuítica, no início da empresa missionária na América portuguesa. O texto sobre as cartas é apresentado em forma de tópicos de um glossário, através dos quais se podem inferir as representações de escola, ensino e aluno aí presentes. A partir de tais tópicos, especificam-se as representações a que o trabalho se propõe e se demonstra a função importantíssima da chegada das *Constituições* à América portuguesa e as mudanças que ocorreram, a partir daí, na organização interna das casas e colégios dos jesuítas. Esta é, portanto, a conclusão a que chega o trabalho, confirmando as transmutações advindas com as *Constituições*.

Palavras-chave: Cartas jesuíticas, Constituições, Manuel da Nóbrega.

TOPICS ON EDUCATION IN THE LETTERS OF MANUEL DA NÓBREGA: BETWEEN PRACTICE AND REPRESENTATION (1549-1559)

ABSTRACT:

The primary concern of this article is to specify the representations of the school, education, and student in the letters of Manuel da Nóbrega. For this purpose, the information in the letters to the Jesuit Constitutions in 1556 has been cross-referenced. This work also highlights the definition of humans in the *Dialogue on the conversion of gentiles*, considering the information therein as essential in order to understand Jesuit practice at the beginning of the missionary movement in Portuguese-controlled colonial South America. The text on the letters is presented in the form of glossary topics, through which representations of the school, education, and student can be inferred. Representations proposed in this work are specified from these topics. In addition, the highly important function of the Constitutions in Portuguese America and the changes that came about from then on in the internal organization of Jesuit houses and colleges are demonstrated. This, therefore, is the conclusion the work arrives at, confirming the transformations brought about by the Constitutions.

Key-words: Jesuit letters, Constitutions, Manuel da Nóbrega.

¹ Doutorando em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas.

Introdução

O escopo central do texto em questão se baseia na descrição das representações² de ensino, escola e aluno que se efetuam nas cartas de Manuel da Nóbrega³, no período de 1549 a 1559. As cartas do autor⁴ e o *Diálogo sobre a conversão do gentio* são a fonte da qual faço uso nesse texto. No entanto, o volume de suas missivas é grande. Nesse sentido, o critério que adoto para a delimitação do *corpus documental* de que faço uso é a entrada ensino, escola e aluno. Pretendo, por conseguinte, buscar essas informações independentemente do gênero específico das cartas⁵.

Para Loyola e seus companheiros, a instituição epistolar jesuítica era a espinha dorsal da empresa missionária da Companhia de Jesus no século XVI. Eisenberg (2000) reconhece tal importância. De acordo com o autor, esse era o meio de comunicação institucional da Ordem, contendo relatos dos acontecimentos nas casas jesuíticas e notícias gerais da Colônia. “Mesmo silêncios e omissões nas cartas contam algo a respeito da

² Segundo Roger Chartier (1990), a noção de representação “é um dos conceitos mais importantes utilizados pelos homens do Antigo Regime, quando pretendem compreender o funcionamento da sua sociedade ou definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo. Há aí uma primeira e boa razão para fazer dessa noção a pedra angular de uma abordagem em nível de história cultural. Mas a razão é outra. Mais do que o conceito de mentalidade, ela permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade” (CHARTIER, 1990, p. 23). Nesse sentido, destaca Chartier, a tarefa primeira do historiador, como do etnólogo, é reencontrar as representações antigas, na sua irredutível especificidade, isto é, sem as envolver em categorias anacrônicas nem as medir pelos padrões da utilidade mental do século XX (CHARTIER, 1990, p. 37).

³ Manuel da Nóbrega nasceu em Braga, Portugal, em 17/10/1517; estudou em Salamanca e bacharelou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra (14/6/1541). Em 21/11/1544 entrou para a Companhia de Jesus. Em 1549, D. João III o nomeou chefe da missão religiosa enviada ao Brasil. Chegou à Bahia em 29/3/1549, na esquadra do primeiro governador-geral, Tomé de Sousa. Aí permaneceu até julho de 1551, delineando a política dos aldeamentos indígenas. Fundou a Casa de Água dos Meninos, voltada à educação dos jovens índios. De julho de 1551 a janeiro de 1552 permaneceu em Pernambuco. Ainda em 1552, Nóbrega foi para São Vicente, fundando a Confraria do Menino Jesus, colégio onde meninos externos aprendiam doutrina católica, leitura, escrita, canto, flauta e latim. Em 1553, Roma criou a Província do Brasil; nomeado provincial em 9/6/1553, Nóbrega deixou de subordinar-se à Província portuguesa da Companhia e à autoridade do bispo de Salvador. No sertão de Santo André da Borda do Campo, participou, em 1554, da fundação de São Paulo de Piratininga. Em março de 1565, participou da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Em 24/7/1567 tornou-se reitor do Colégio do Rio de Janeiro, onde morreu em 17/10/1570 (HANSEN, 2002a, pp. 764-5).

⁴ As cartas de Nóbrega nas quais encontrei referência a ensino, escola e aluno e de que farei uso neste texto são: a padre mestre Simão Rodrigues de Azevedo (1549); a padre mestre Simão (Bahia, 9/8/1549); ao Dr. Navarro, seu mestre em Coimbra (da cidade de Salvador, 10/8/1549); a padre Simão Rodrigues (Porto Seguro, 6/1/1550); aos padres e irmãos (de Pernambuco, 1551); ao padre provincial de Portugal (da Bahia, 1552); a padre mestre Simão (da Bahia, 1552); a padre Inácio de Loyola (de Piratininga, 1556); do quadrimestre de janeiro a abril de 1557, a padre Inácio de Loyola (da Bahia); ao provincial de Portugal (da Bahia, 1557); aos padres e irmãos de Portugal (da Bahia, 5/7/1559).

⁵ Segundo Hansen, “pode-se dizer que a correspondência jesuítica do século XVI é inicialmente articulada como informação em uma ‘carta familiar’, ou como relação dialógica de um destinatário que envia informações a um destinatário, constituindo-se ambos, na escrita, como ‘amigos’ e ‘Irmãos em Cristo’ – por exemplo, Nóbrega e seu ex-colega Simão Rodrigues, em Lisboa, ou seu professor, o Dr. Azpilcueta Navarro, em Coimbra” (HANSEN, 1995, p. 90).

atividade jesuítica, aquilo que não deveria ser dito ou que precisava ser ocultado” (EISENBERG, 2000, p. 49).

Vislumbrei, ainda, as *Constituições Jesuíticas de 1556* como determinações que constroem práticas e representações específicas. Para tanto, procurei analisar as mudanças que podem ser verificadas nas representações que abordei tanto antes quanto posteriormente à publicação das *Constituições*. Nesse sentido, cabe citar o esclarecimento feito por Eisenberg (2000), segundo o qual:

especialmente durante a fase de desenvolvimento institucional da Companhia de Jesus (1547-1559), os jesuítas espalhados por todo o globo eram freqüentemente forçados a produzir e adaptar normas para regular o funcionamento de suas casas, escolas e missões. Isso porque, antes da promulgação das Constituições em 1558, as únicas normas vigentes na Companhia eram aquelas contidas na Fórmula do Instituto. Durante essa fase de consolidação da Companhia de Jesus, muitas das normas que regulavam as atividades dos jesuítas foram produzidas localmente e justificadas por aqueles que as produziram por meio do envio periódico de cartas (EISENBERG, 2000, p. 46).

Apesar de Eisenberg (2000) ter colocado 1558 como o ano da promulgação das *Constituições*, Nóbrega registra a chegada do documento no ano de 1556. Veja-se:

nestes termos nos tomaram as Constituições, que este anno de 56 nos fez Nosso Senhor mercê de nol-as mandar, pelas quaes entendemos não devermos ter cargo nem de gente para doutrinar na Fé; ao menos em nossa conversação conhecemos também não poderem os Irmãos ter bens temporaes nenhuns, si não for collegio (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega para Pe. Inácio de Loyola – Piratininga, 1556, grifos meus).

Tomei, pois, como *referencial* a tese segundo a qual as cartas eram papéis que justificavam e sistematizavam a prática missionária antes da publicação oficial das *Constituições*. Procurei estar atento aos ditos e não-ditos, como salientou Eisenberg (2000), sabendo que este documento já havia chegado à América portuguesa no ano de 1556. Assim, a análise adiante tem como pano de fundo a questão: existe modificação na representação de escola, ensino e aluno nas cartas após a chegada das *Constituições*? E, se existem, quais são elas?

Ao pensar no caráter germinativo que abriga as cartas de Manoel da Nóbrega estruturei esse estudo em múltiplas vertentes de análise. A opção pelos itens em forma de tópicos de um glossário, apresentados no decorrer desse texto, se deu em função da escolha dos fragmentos das missivas. Num primeiro momento, busquei compreender a necessidade da docilidade dos alunos, passando pelas conseqüências da instrumentalização dos meninos e da percepção de que as crianças significariam uma possibilidade mais fértil de se atingir os objetivos propostos até chegar à discussão de que houve preocupação com a construção de espaços específicos para o “doutrinação”. Logo em seguida, destaco o texto do “*Diálogo sobre a conversão do gentio*”. Finalmente, apresento algumas considerações sobre aspectos que são fruto da pesquisa sobre as fontes citadas.. Vamos aos textos, pois.

As Cartas de Manuel da Nóbrega: entre práticas e representações

As relações que se desenvolvem na correspondência se dão, fundamentalmente, entre o jesuíta, os colonos, as autoridades e o índio – este último, na maioria das vezes, também aluno dos jesuítas, talvez seja o objeto central dessa trama. No entanto, há que ressaltar que este aborígine, ao qual as cartas se referem insistentemente, não tinha voz

ativa nesse processo, visto que estas informam muito mais sobre os modos de pensar e agir dos jesuítas do que sobre o índio.

Alunos bons e submissos

Certamente na primeira carta que escreveu após sua chegada à América portuguesa – em que relatava o advento à Bahia –, após falar do estado da terra, Nóbrega deixou claro que o ensinar tinha como primeira intenção a conversão ao cristianismo. Nota-se, também, que existia divisão de tarefas entre os membros da Ordem e que as primeiras escolas eram simplesmente de “ler e escrever”. Acompanhe-se:

O Irmão Vicente Rijo ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem eschola de ler e escrever; parece-me bom modo este para trazer os Índios desta terra, os quaes têm grandes desejos de aprender e, perguntados si querem, mostram grandes desejos. Desta maneira ir-lhes-ei ensinando as orações e doutrinando-os na Fé até serem hábeis para o baptismo (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. mestre Simão Rodrigues de Azevedo – Bahia, 1549, grifos meus).

Evidencia-se o ânimo de Nóbrega ao perceber que os nativos “têm grandes desejos de aprender”. Essa ânsia era medida, sem dúvida, pelo assombro e pela “admiração” que os índios manifestavam diante de gente, gestos e palavras que nunca tinham visto ou escutado. O jesuíta, por enquanto, ainda praticava a “via amorosa” para converter (Cf. PÉCORA, 1999).

No entanto, Nóbrega ressalta, na mesma carta, que “Cá não são necessárias letras mais que para entre os Christãos nossos, porém virtude e zelo da honra de Nosso Senhor é cá mui necessario”. A questão da vivência das virtudes aparece, pois, como pedra fundamental na construção da “empresa missionária”.

Nóbrega gostava de ressaltar que os índios imitavam seus atos e gestos. Veja-se seu relato, quando de sua chegada à América portuguesa, cujas expressões indicam que a catequese lutou, desde o início, pela transformação dos costumes “dessemelhantes” e que esta era a sua principal empreitada. Os *Exercícios espirituais* de Loyola (1952) destacam que um grande impedimento à salvação da alma “é a soberba e a vida deliciosa” (Exame para o primeiro dia, n. 6). Indubitavelmente, “comer carne humana e ter mais de uma mulher” era a “vida deliciosa” para o nativo. Era missão difícilíssima, pois, para a alma ascética jesuítica, entender ou aceitar costumes tão diversos daqueles propostos pelos *Exercícios*. É o que evidenciam o texto e suas informações:

Todos estes que tratam comnosco, dizem que querem ser como nós, senão que nom tem com que se cubrão como nós, e este soo inconveniente tem. (...)e já hum dos principaes delles aprende a ler e toma lição cada dia com grande cuidado, e em dous dias soube ho ABC todo, e ho indinamos a benzer, tomando tudo com grandes desejos. Diz que quer ser christão e nom comoer carne humana, nem ter mais de huma molher e outras cousas (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Simão Rodrigues – Bahia, 10/4/1549, grifos meus).

Interessante a estratégia de começar “convertendo” o “principal”⁶, ensinando-lhe a ler. Para o antropólogo Baeta Neves, contudo, a conversão do chefe é a conversão certa de toda a tribo (Cf. NEVES, 1978).

⁶ De acordo com Moreau, “a designação ‘principal’, que aparece nas fontes quinhentistas, refere-se na verdade a três níveis distintos de liderança, que os europeus tiveram dificuldade em identificar: chefe de maloca, chefe de aldeia e chefe de um conjunto de aldeias em situação de guerra (como Tibiriçá, dos tupiniquins, e Cunhambebe, dos tupinambás, que comandavam grupos distintos contra inimigos comuns).

O excerto seguinte destaca que o maior impedimento para a catequese inicial recaía sobre a questão dos hábitos indígenas, classificados pelo jesuíta como “maus costumes”, como se depreende da citação abaixo:

Convidamos os meninos a ler e escrever e conjuntamente lhes ensinamos a doutrina christã (...), porque muito se admiram de como sabemos ler e escrever e têm grande inveja e vontade de aprender e desejam ser christãos como nós outros. Mas somente o impede o muito que custa tirar-lhe os maus costumes delles, e nisso está hoje toda a fadiga nossa (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega ao Dr. Navarro, seu mestre em Coimbra – Salvador, 10/8/1549, grifos meus).

Vejam-se, agora, os relatos que Nóbrega oferece no período posterior à chegada das *Constituições*, em 1557, a respeito da alta qualidade dos alunos:

aqui há 30 moços de eschola nesta aldeã, e na de Simão haverá 60 ou mais, aprendem muito bem e ha muitos entre elles de muito bom engenho; os mais d’elles sabem a doutrina toda e sabem o essencial da Fé, que em perguntas, á maneira de diálogo, lhes ensinam na sua língua; têm grande obediência aos Padres, ninguém da aldeã vai fora sem pedir licença aos Padres (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. Loyola – quadrimestre de janeiro até abril de 1557, grifos meus).

Na mesma carta, o sacerdote não deixava dúvidas sobre a questão da sujeição dos índios aos padres. O recurso pedagógico usado agora era o medo, e não mais a “via amorosa” dos primeiros anos de experiência missionária. A prática mostrava que apenas este método tornaria possível a conversão:

assim que por experiencia vemos que por amor é mui difficultosa a sua conversão, mas, como é gente servil, por medo fazem tudo, e posto que nos grandes por não concorrer sua livre vontade, presumimos que não terão fé no coração (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. Loyola, quadrimestre de janeiro até abril de 1557, grifos meus).

O excerto é claro: Nóbrega valia-se do argumento da experiência para admitir que “a conversão pelo convencimento era inviável”; ele encontrou “na sujeição o caminho apropriado para persuadir o gentio a abraçar o cristianismo” (RAMINELLI, 1996, p. 73).

No trecho seguinte, percebe-se que apenas um ano após a chegada das *Constituições* o ensino já ganhava uma maior sistematização. Vejam-se as referências à figura do reitor, à separação por classes dos mais ou menos adiantados etc. É interessante observar como a chegada do documento mudou a prática e a representação de ensino, escola e aluno:

Na cidade reside o padre Antonio Pires, como Reitor da Casa, com o padre Ambrosio Pires, o qual agora tem cuidado de ter uma classe aos que mais sabem de latim, e tem também a seu cargo as pregações da cidade; ficaram com Antonio Blasquez os que menos sabiam; há na mesma Casa, assim mesmo, eschola de ler a alguns meninos do Gentio, e com elles se ensinam outros da cidade, e de todos tem cuidado um Irmão; os estudantes de fora, não são mais que três ou quatro moços capellães da Sé; mas de casa são onze ou doze, d’elles irmãos, e outros moços orphãos, d’aquelles que pareceu mostrarem e terem melhor habilidade para estudarem e melhores partes para poderem ser da Companhia (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega ao padre provincial de Portugal – Bahia, 1557, grifos meus.)

Esse último caso mostra que o maior quesito de autoridade era a habilidade em conduzir guerreiros” (MOREAU, 2003, p. 190).

Ao analisar, portanto, o t3pico que se concentrou sobre a quest3o “bons alunos”, percebi o quanto 3 evidente que um dos maiores entraves para o sucesso da empresa mission3ria eram os costumes dessemelhantes, os quais eram classificados como “maus costumes” (no caso, principalmente o comer carne humana, o ter mais de uma mulher, as guerras, a nudez, as festas e bebedeiras e afins).

Sobre a instrumentaliza3o dos meninos alunos

Veja-se o grande entusiasmo do jesu3ta pelas primeiras experi3ncias mission3rias junto aos nativos. O per3odo 3 anterior 3 chegada das *Constitui3es* 3 Am3rica portuguesa, quando era constante esse tra3o de exulta3o. Acompanhe-se:

Onde quer que vamos somos recebidos com grande boa vontade, principalmente pelos meninos, aos quaes ensinamos. Muitos j3 fazem as ora3es e as ensinam aos outros (Carta de Pe. Manuel da N3brega ao Dr. Navarro, seu mestre em Coimbra – Salvador, 10/8/1549, grifos meus).

No excerto que se segue, nota-se que os que j3 haviam recebido o batismo vivem apartados dos demais, dando a entender que havia uma diferencia3o relevante entre batizados e n3o batizados e que a separa3o entre uns e outros era pr3tica comum. Atente-se:

O padre Navarro estava (como ainda est3) em suas aldeias, pregando aos grandes e ensinando a ler e a fazer ora3es aos pequenos (...).Esperamos por todas as vias fazer-lhes deixar os muitos maus costumes que t3m, e desejamos congregiar todos os que se baptisam apartados dos mais (Carta de Pe. Manuel da N3brega a Pe. Sim3o Rodrigues – Porto Seguro, 6/1/1550, grifos meus).

O texto que se segue oferece informa3es sobre o fato de os meninos nativos serem int3rpretes no sacramento da penit3ncia. De fato, as crian3as eram o instrumento de media3o e de comunica3o entre padres e ind3genas, mesmo em momentos sagrados como o dos sacramentos (Cf. NEVES, 1978). Veja-se, nesse sentido, o relato do pr3prio N3brega, que constatou a ajuda dos meninos, como int3rpretes, como instrumento fundamental no sacramento da confiss3o, sem nenhum preju3zo ao sigilo sacramental. Acompanhe-se o texto e suas informa3es:

Nesta casa est3o os meninos da terra feitos a nossa m3o. Com os quais confess3vamos alguma gente da terra que nom entende a nossa fala, nem n3s a sua, (...)no qual a experi3ncia nos ensina aver-se feyto fruto muyto e nenhum preju3zo ao sigilo da confiss3o (Carta de Pe. Manuel da N3brega a Pe. Sim3o Rodrigues – Bahia, fins de julho de 1552, grifos meus).

A instrumentaliza3o dos alunos tamb3m pode ser observada nos textos de N3brega do per3odo *posterior* 3 chegada das *Constitui3es*, quando destacava que os meninos ensinavam a doutrina a seus pais 3 noite. Atente-se:

Depois uma hora, de noite, se tange o sino e os meninos t3m cuidado de ensinarem a doutrina a seus paes e mais velhos e velhas, os quaes n3o podem tantas vezes ir 3 igreja e 3 grande consola3o ouvir por todas as casas louvar-se Nosso Senhor e dar-se gloria ao nome de Jesus (Carta de Pe. Manuel da N3brega aos padres e irm3os de Portugal – Bahia, 5/7/1559, grifos meus).

Tal instrumentaliza3o dos meninos consistia, pois, no uso do servi3o das crian3as, tanto 3rf3os de Portugal como aut3ctones, para a propaga3o da doutrina pelas aldeias e, acima de tudo, para evangeliza3o dos pais. Os meninos tamb3m eram 3teis na execu3o do sacramento da confiss3o.

Sobre a preferência de ensinar às crianças

De onde vinha o interesse dos missionários em tomar para si a criança como “lugar” de investimento certo? De acordo com a tese de Viveiros de Castro tal interesse vinha da questão da inconstância. Para o autor, uma das estratégias catequéticas que a imagem da inconstância ocasionou é que “mais proveitosa que a precária conversão dos adultos” era “a educação das crianças longe do ambiente nativo” (1992, p. 190). Nesse sentido, para o autor, o obstáculo a superar não era a presença de uma doutrina inimiga, mas o canibalismo e a guerra de vingança, as bebedeiras, a poligamia, a nudez, a ausência de autoridade centralizada e de implantação territorial estável, o que os primeiros jesuítas rotulavam mais simplesmente de “maus costumes” (CASTRO, 1992).

Cabe aqui, pois, ressaltar a narrativa de Pe. Manuel da Nóbrega, quando constatou que dos meninos, diferentemente dos mais velhos, podia-se esperar muito fruto. Nas crianças ele não via oposição ao que ensinava - como era de se esperar. Acompanhe-se:

Visitei algumas aldeias delles e acho-lhes bons desejos de conhecer a verdade; e instavam para que ficasse no meio delles, e si bem que seja difficil fazer desarraigal aos mais velhos as suas más usanças, com os meninos, porém, se póde esperar muito fructo, porque não se oppõem quase nada á nossa lei e assim me parece que esteja aberta a porta para muito ajudar as almas nesta terra (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. Simão Rodrigues – Porto Seguro, 6/1/1550, grifos meus).

No ano seguinte, Nóbrega salientava a firmeza e a constância que se poderia esperar dos mais jovens. Nos seus próprios termos:

Principalmente pretendemos ensinar bem os moços, porque estes bem doutrinados e acostumados em virtude, serão firmes e constantes, os quaes seus Paes deixam ensinar e folgam com isso (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega aos padres e irmãos – Pernambuco, 1551, grifos meus).

Ao mesmo tempo em que Nóbrega percebia alguns sinais de constância nos nativos, as reclamações sobre a inconstância não poderiam deixar de existir, principalmente em relação aos adultos. Há que considerar, contudo, que a constância é recomendada nas Constituições como virtude fundamental para os escolares. Nesse sentido, o jesuíta deixa claro que não era possível a um catecúmeno ser batizado sem antes ser provado na fé, o que implicava um certo tempo de perseverança na vivência das virtudes e dos “bons costumes”. O trecho é do período posterior à chegada das Constituições. Leia-se:

mas todavia não se baptisam até mais serem provados, porque como estes Índios têm tantas occasiões para tornarem atraz e muitos tornarão, não ousam os Padres a baptisar, sem primeiro muito os provarem... (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. Loyola, quadrimestre de janeiro até abril de 1557 – Bahia, 1557, grifos meus).

Para entender a preferência pelo ensino das crianças em Nóbrega há, portanto, que recorrer ao problema da inconstância, apontado pelo jesuíta como um mal a ser vencido. A criança era um investimento mais seguro, já que o inimigo a ser combatido em terras brasílicas não era a heresia, mas “os costumes diabólicos”, e quanto mais jovem fosse aquele a quem se ensinava, menos arraigados estariam estes.

Sobre a construção de escolas

Pareceu-me que a primeira preocupação de Nóbrega em relação à edificação de colégios era com a localização. Outra preocupação do padre dizia respeito ao espaço para construir hortas e pomares. Atente-se:

Eu trabalhei por escolher um bom logar para o nosso Collegio dentro na cerca e somente achei um (...), e é pequeno, porque onde se há de fazer a casa não tem mais que dez braças, posto que tenha ao comprido da costa quarenta, e não tem onde se possa fazer horta, nem outra cousa, por ser tudo costa mui íngreme, e com muita sujeição da cidade. (...) e está logo ahi uma aldeã perto, onde nós começamos a baptisar, em a qual já temos nossa habitação. Está sobre o mar, tem água ao redor do Collegio, e dentro delle tem muito logar para hortas e pomares; é perto dos Christãos, assim velhos como novos (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. Mestre Simão – Bahia, 9/8/1549, grifos meus).

Na carta que escreveu no ano de sua chegada à Bahia, é evidente a preocupação de Nóbrega em relação à construção de novas casas onde se pudesse ensinar. Essa era a primeira providência tomada quando da chegada a um novo lugar. Acompanhe-se:

Em duas das principaes aldeias de que tem cargo, fizeram-lhe uma casa onde esteja e ensine aos cathecumenos; em outra aldeia, também próximo a esta cidade, fizemos uma casa a modo de ermida, onde um de nós está incumbido de ensinar e pregar aos baptisados (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega ao Dr. Navarro, seu mestre em Coimbra – Salvador, 10/8/1549, grifos meus).

No trecho que se segue, veja-se a preocupação do jesuíta com o futuro: um lugar cobiçado por ele para edificar um colégio. Acompanhe-se o texto:

existe entre a cidade e a aldeia ao pé de um rio um logar, segundo o parecer de todos os Irmãos, muito a propósito e conveniente para se fazer um collegio... (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. Simão Rodrigues – Porto Seguro, 6/1/1550, grifos meus).

Na mesma carta, Nóbrega discorria sobre os custos da construção de um colégio, ressaltando que não eram tão elevados. Veja-se:

Esperamos também resposta de Vossa Reverendíssima para começar o collegio do Salvador na Bahia, no qual não tanto gastaremos como pensaes, porém com cem crusados se poderão fazer moradias de taipa que bastem para principiar. Os estudantes com pouco se manterão. Poder-se-hia até faze-las de pedra, si assim parece a Vossa Reverendíssima, porque agora há muito boa cal. (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. Simão Rodrigues – Porto Seguro, 6/1/1550, grifos meus.)

No ano seguinte, já denotando uma certa expansão da empresa missionária jesuítica, Nóbrega ordenou que se fizessem casas de ensino em todas as capitanias. Atente-se que o jesuíta dá a entender que os “moços dos Gentios” aprendiam na mesma casa que os filhos dos cristãos, o que faz supor aulas para ambos, no mesmo espaço e, provavelmente, simultaneamente:

por cada uma das capitanias tenho ordenado que se façam casas para se recolherem e ensinarem os moços dos Gentios, e também dos Christãos; e para nellas recolhermos algumas línguas para este effeito (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega aos padres e irmãos – Pernambuco, 1551, grifos meus).

No ano de 1552, Nóbrega parecia ainda mais entusiasmado com o baixo custo para construção de um colégio na Bahia e até dispensava a ajuda material do colégio de Coimbra:

Nesta terra, custa muito pouco fazer-se um collegio e sustentar-se, porque a terra é muito farta, e os meninos da terra sustentam-se com pouco, e os moradores muito afeiçoados a isso, e as terras não custam dinheiro; (...)e mais agora mando fazer algodoaes para mandar lá muito algodão, para que mandem pannos, de que se vistam os meninos, e não será necessário que o colégio de Coimbra cá nos ajude sinão com orações (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega para o padre provincial de Portugal – Bahia, 1552, grifos meus)

Formar “soldados para Cristo” era o objetivo principal da criação de novas casas de ensino. A Companhia desde cedo percebeu que um meio eficaz de realizar sua missão estava na concentração de esforços em casas de ensino. Daí a importância dada à edificação de casas para este fim:

Já tenho escripto por vezes a Vossa Reverendíssima como nestas partes pretendíamos criar meninos de Gêntio, por ser elle muito, e nós poucos, e sabermos-lhe mal fallar em sua língua, e elles de tantos mil annos criados e habituados em perversos costumes, (...): trabalhamos por dar principio a casas, que fiquem para emquanto o mundo durar, vendo que na Índia isso mesmo se pretende, e em outras partes muitos collegios, em que se criem soldados para Christo (Carta de Pe. Manuel da Nóbrega a Pe. mestre Simão – Bahia, 1552, grifos meus).

A construção de novas casas onde se pudesse ensinar constituía, pois, preocupação central de Nóbrega nos primeiros anos de sua estada na América portuguesa. Assim, vê-se o quanto o jesuíta não mediu esforços a fim de efetivar a doutrinação daquela gente “perversa”, que “não conhecia a Deus” (pelo menos, o Deus cristão) e necessitava de alguém que os apresentasse a Ele. Os jesuítas foram, nesse sentido, aqueles que “apresentaram” Deus ao gentio através da civilização⁷. As escolas foram, desta forma, “templos de civilização” e se constituíram em lugares onde Deus era conhecido.

Sobre a definição de pessoa humana no *Diálogo sobre a conversão do gentio de 1556*

No sentido de entender melhor como se dava a relação de Nóbrega com os membros da Companhia e com o nativo, cabe discutir, por fim, o *Diálogo sobre a conversão do gentio*. Após sete anos de sua chegada à América portuguesa, Nóbrega oferecia detalhamentos relevantes sobre sua posição diante do gentio. O *Diálogo* é, nesse sentido, um texto dramático importante para concluir as informações tiradas das cartas. Nele, o missionário deixa clara a sua preocupação com a conversão; como era provincial, conseqüentemente também era o responsável direto pelos missionários, donde sua disposição de defender a possibilidade da conversão do gentio. A via da experiência estava deixando os missionários acobardados diante das investidas no processo de conversão do gentio. O *Diálogo* era, pois, uma tentativa de recobrar o ânimo já quase vencido do jesuíta. É fundamental considerar também a definição de pessoa humana presente no *Diálogo*, pois ela está na base do ensino. No *Diálogo* aparecem, desta forma, as três faculdades que então definem neo-escolasticamente a unidade da alma da pessoa humana: a memória, a vontade e a inteligência (Cf. HANSEN, 2002b). Portanto, por aquilo que diz não ser gente (“cães e

⁷ Na Apresentação do livro de Moreau, Hansen destaca que civilizado era “europeu, português, branco, macho, fidalgo, católico e letrado” (apud MOREAU, 2003, p. 20).

porcos”) e por aquilo que considera como “próximo”, o *Diálogo* oferece elementos relevantes nessa direção.

De acordo com Luz (2003), os gentios aparecem desenhados no *Diálogo* a partir da imagem de “cães e porcos”, numa alusão ao Evangelho de São Mateus (Cap. 7,6): “Não deis o santo aos cães, nem deiteis as pedras preciosas aos porcos”. O diálogo se dá entre Matheus Nogueira⁸ e Gonçalo Alves. Para Luz, a escolha do nome Matheus Nogueira é um elemento significativo do *Diálogo*: trata-se, assim como o seu interlocutor Gonçalo Alves, de um irmão da Companhia de Jesus que atuava na região de São Vicente. Nogueira defende a possibilidade de conversão do índio, e Alves, um “língua”⁹ que se apresenta relutante em reconhecer o nativo como capaz ou como “próximo”. Ao escolher dois irmãos que atuavam na missão como personagens do *Diálogo*, Nóbrega focaliza o lugar da experiência, deixando de lado discussões teológicas especializadas. Ao mesmo tempo, vê-se que Matheus Nogueira, cujas iniciais são as mesmas de Manuel da Nóbrega, é a voz mais convincente do *Diálogo*, sendo quem, com as colaborações de seu interlocutor, sugere o desfecho mais próprio para a resolução do tema. Nesse sentido, afirma Luz, não por acaso é um ferreiro quem o sugere, uma vez que, no *Diálogo*, o trabalho de forjar o ferro é tido como análogo à labuta de converter: trabalho sobre um objeto duro que deve ser moldado com muito suor (insistência) e com o fogo (do amor e do temor de Deus) (LUZ, 2003, p. 82 – nota).

A metáfora do índio como “cães e porcos” – seres inconstantes, bestiais, rudes, brutos, ingratos – leva os missionários, como Gonçalo Alves, a supor que pregar a eles é como semear as sementes do Evangelho sobre as pedras de um deserto, ou seja, não poderia frutificar. Veja-se o texto:

Gonçalo Alves: - Por demais hé trabalhar com estes; são tão bestiais, que não lhes entra no coração cousa de Deus; estão tão incarniçados em matar e comer, que nenhuma outra bem-aventurança sabem desejar; pregar a estes, hé pregar em deserto ha pedras (NÓBREGA, 1931, p. 229).

As dificuldades não param por aí. Segundo Alves, há ainda uma dificuldade que se apresenta como a maior de todas: a inconstância. Acompanhe-se:

Sabeis qual é a mór dificuldade, que lhes acho, serem tão faceis de dizerem a tudo sí ou pá ou como vós quizerdes, tudo approvam logo, e com a mesma facilidade, com que dizem pá, dizem aani, e se algumas vezes chamados dizem neim tia é pelos não importunardes, e mostra-o bem a obra, que se não é com bordão não se erguem, para beber nunca dormem, esta sua facilidade de tudo lhe parecer bem, acompanhada com a experiencia de nenhum fruto de tanto pá, tem quebrado os corações a muitos; dizia um de nossos irmãos, que estes eram o filho que disse no Evangelho a seu pae, que o mandava, que fosse e nunca foi (NÓBREGA, 1931, p. 231).

Para Castro (1992), no caso brasileiro, o conceito da natureza inconstante da alma selvagem deriva principalmente dos anos iniciais de proselitismo missionário entre os tupis. “O problema dos índios, decidiram os padres, não residia no entendimento, aliás ágil e agudo, mas nas outras duas potências da alma: a memória e a vontade, fracas, remissas” (CASTRO, 1992, p. 188). De acordo com o autor, os selvagens não criam em nada porque não adoravam nada, e não adoravam nada porque não obedeciam a ninguém. “Os brasis não podiam adorar e servir a um Deus soberano porque não tinham soberanos nem serviam

⁸ Nos dizeres de Cabral, Nogueira é um “ferreiro insigne”, um “raro exemplo de sacrifício, pela constância e ardor de seu pesado trabalho, apesar de constantes enfermidades” (CABRAL, 1925, p. 211).

⁹ Ao que me pareceu, o “língua”, pertencente à Companhia, era um membro dedicado à atividade intelectual; era, por assim dizer, um mestre de línguas.

a alguém. Sua inconstância decorria, portanto, da ausência de sujeição”. Conseqüentemente, de acordo com a análise do estudioso, crer “é curvar-se à verdade revelada, adorar o foco de onde emana, venerar seus representantes” (CASTRO, 1992, pp. 216-7).

Falando sobre a inconstância, Moreau destaca que “é na ficção de Nóbrega, o *Diálogo sobre a conversão do gentio*, que o tema ganha enfoque direto e é pela primeira vez aprofundado. Subordinando a capacidade de crer à de adorar, e esta à de se sujeitar e servir, são desenvolvidos conceitos como ‘fraca memória’ e ‘deficiência de vontade’” (MOREAU, 2003, p. 177). De acordo com o autor, deve-se lembrar, ainda, que um dos temas mais recorrentes na Bíblia, “a principal referência cultural da época”, era o da *constância* na fé (MOREAU, 2003, p. 179 – nota).

Todorov (1982) destaca, no entanto, que desde Colombo o nativo, fisicamente nu, caracterizava-se por ser desprovido de qualquer propriedade cultural: pela ausência de costumes, ritos e religião. Além disso, para o autor, é significativo que Colombo “seja assim levado à imagem da nudez espiritual. ‘Pareceu-me que eram gente muito desprovida de tudo’, escreve no primeiro encontro, e ainda: ‘Pareceu-me que não pertenciam a nenhuma seita’ (11.10.1492). ‘Estas gentes são muito pacíficas e medrosas, nuas, como já disse, sem armas e sem leis’ (4.11.1492). ‘Não são de nenhuma seita, nem idólatras’ (27.11.1492)” (TODOROV, 1982, p. 34).

Diante de uma nação de almas inconstantes, medrosas, sem armas, sem rei e sem leis, como defender a possibilidade da conversão do gentio? O caminho que Matheus Nogueira propôs para reacender a chama missionária nos ânimos de seu interlocutor se iniciava pela formulação do índio como “próximo”. Recorrendo à passagem do “bom samaritano” no Evangelho, argumenta que ser próximo é o mesmo que ser homem. Veja-se o diálogo:

Gonçalo Alves: - Dizei-me, irmão Nogueira, esta gente são proximos?

Nogueira: - Parece-me que sim.

Gonçalo Alves: - Por que razão?

Nogueira: - Porque nunca me acho senão com elles, e com seus machados e fouceas.

Gonçalo Alves: - E por isso lhe chamais proximos?

Nogueira: - Sim, porque proximo, chegados quer dizer, e elles sempre se chegam a mim, que lhes faça o que hão mister, e eu como a proximos lh’os faço, cuidando que cumpro o preceito de amar ao proximo, como a mim mesmo, pois lhe faço o que eu queria que me fizessem, se eu tivesse a semelhante necessidade.

Gonçalo Alves: - Pois a pessoas mui avisadas ouvi eu dizer, que estes não eram próximos, e porfiem-no muito, nem têm para si, que estes são homens como nós.

Nogueira: - Bem, se elles não são homens, não serão proximos; porque só os homens, e todos máus e bons, são proximos; todo homem é uma mesma natureza, e todo póde conhecer a Deus, e salvar sua alma, e este ouvi eu dizer, que era proximo; prova-se no Evangelho do Samaritano, onde diz Christo Nosso Senhor, que aquelle é próximo, que usa de misericordia (NÓBREGA, 1931, p. 233).

Se os índios da América portuguesa eram, pois, como “cães e porcos” não era porque a sua natureza fosse a mesma destes: eles eram humanos, pois possuíam as três

potências básicas da alma definidas por Santo Agostinho, a saber: memória, entendimento e vontade. O que fazia deles tão bestiais, segundo Nogueira, não era a natureza, mas os costumes exercitados segundo o meio rude em que viviam, faltando-lhes o governo civilizado ou o viver civilizadamente. Veja-se o texto que se segue com a argumentação de Nogueira, depois de ter sido provocado por Alves no sentido de oferecer-lhe razões para que pudesse se animar a trabalhar com o gentio:

Nogueira: - Já que tanto apertaes commigo, e me pareceis desejoso de saber a verdade deste negocio, creio que vos tenho esgotado, dir-vos-hei o que muitas vezes, martelando naquelle ferro duro, estou cuidando, e o que ouvi a meus padres, por muitas vezes, parece, que nos podia Christo, que nos está ouvindo dizer: ó estultos e tardios de coração para crer, estou eu imaginando todas as almas dos homens uma, nos serem umas e todas de um metal feitas á imagem e semelhança de Deus, e todas capazes de gloria e criadas para ella, e tanto val diante de Deus por natureza a alma do Papa, como a alma do vosso escravo Papana.

Gonçalo Alves: - Estes têm almas como nós.

Nogueira: - Isso está claro, pois a alma tem tres potencias, entendimento, memória e vontade, que todos têm: eu cuidei, que vós éreis mestre, já em Israel, e vós não sabeis isso; bem parece, que as theologias, que me dizeis arriba era, e eram postigas do padre Braz Lourenço, e não vossas; quero-vos dar um desengano, meu irmão: Que tão ruim entendimento tendes vós para entender o que vos queria dizer, como este gentio, para entender as cousas de nossa fé (NÓBREGA, 1931, pp. 237-8).

Alves compara a nação dos gentios com outras nações, perguntando: se todos temos uma só alma, de onde vem a bestialidade desses gentios, que só sabem andar nus e fazer flecha enquanto romanos e gregos eram tão mais polidos, sabiam ler e escrever, tratavam-se limpamente, sabiam filosofia? Ao que Nogueira responde:

Não é essa razão de homem que anda fazendo brasil no mato, mas estae attento, e entendereis: terem os romanos e outros gentios mais policia, que estes, não lhes veiu de terem naturalmente melhor entendimento, mas de terem melhor criação, e criarem-se mais politicamente, e bem creio, que vós o vereis claro pois trataes com elles, e vedes, que nas cousas de seu mestre, e em que elles tratam, têm tão boas subtilezas, e tão boas invenções e tão discretas palavras, como todos, e os padres os experimentam cada dia com seus filhos, os quaes acham de tão bom entendimento, que muitos fazem a vantagem aos filhos dos christãos (NÓBREGA, 1931, p. 238).

Após ser perguntado se será mais fácil ao gentio ou ao judeu crer em Jesus Cristo crucificado, Alves responde que os judeus se converteriam com maior dificuldade, porém, após a conversão, seriam mais constantes. No entanto, para Nogueira,

Como as cousas de nossa fé das mais essenciaes, como são da Santissima Trindade, e que Deus se faz homem, e os mysterios dos Sacramentos, não se pôdem provar em razão demonstrativa, antes muitas são sobre toda razão humana, claro está, que mais difficil será de crer a um philosopho, que todo se funda em subtilezas de razão, que não a um que outras cousas muito mais só menos crê (NÓBREGA, 1931, p. 241).

Para Nogueira, “o officio de converter almas é o maior de quantos ha na terra, e por isso requer mais alto estado de perfeição, que nenhum outro” (NÓBREGA, 1931, p. 242). Diante dessa afirmação, Alves o interrompe, dizendo: “Que requer, não basta ser lingua, saber-lh’o bem dizer” (NÓBREGA, 1931, p. 242). Ao que Nogueira retruca:

ha de ter muita fé, confiando muito em Deus, e desconfiando muito de si; ha de ter graça de fallar mui bem a lingua, ha de ter virtude para fazer milagres, quando cumprir, e outras graças muitas, que tinham os que converteram gente, e sem isto não tenho ouvido que ninguém se convertesse; e vós quereis converter sem nada disto, e que de graça sejam logo todos santos; esse seria o maior milagre do mundo, e ainda que vós sejaes lingua e lh'o sabeis bem dizer, não me negareis, que se algum vos não falla á vontade, logo perdeis a paciencia, e dizeis que nunca hão de ser bons; nem têm razão de vos darem credito a vossas palavras, porque hontem lhe pedíeis o filho por escravo, e estoutro dia os queríeis enganar, e têm razão de se temerem de os quererdes enganar, porque isto é o que commumente tratam os máus christãos com elles.

Gonçalo Alves: - Isso é verdade, mas os padres, que lhes fallam com tanto amor, porque os não crêm?

Nogueira: - Porque até agora não têm os indios visto essa differença entre os padres e os outros christãos, seja logo esta a conclusão, que quando Santiago com correr toda a Espanha, e fallar mui bem a lingua, e ter grande charidade, e fazer muitos milagres, não converteu mais que nove discipulos; e vós quereis e os padres, sem fazer milagres, sem saber sua lingua, nem enternder-se com elles, com terdes presumpção de Apostolo e pouca confiança e fé em Deus, e pouca charidade, que sejam logo bons christãos, porém, por vos fazer a vontade, vos contarei que já vimos indios desta terra com mui claros signaes de terem verdadeira fé no coração, e mostrarem-no por obra, não somente dos meninos, que criamos connosco, mas também dos outros grandes, de mui pouco tempo conversados... Resolvendo-me logo, digo emfim, razões, que o negócio de converter é principalmente de Deus, e ninguém traz a conhecimento de Jesus-Christo, senão quem seu pae traz, e quanto elle quer, faz de pedras filhos de Israel, como tão pouco ninguém póde salvar-se, nem ter graça sem elle (NÓBREGA, 1931, pp. 242-4).

Para concluir suas afirmações, Nogueira destaca que “quanto mais impedimentos um tiver para a conversão, tanto diremos, que está menos disposto, e quanto menos do mal, tem Deus que tirar delles, tanto mais dispostos serão” (NÓBREGA, 1931, p. 244). Diante dessa afirmação, Alves pede a Nogueira: “Ide adiante, provae isso”. Nogueira continua, expondo sua conclusão e última afirmação em favor da conversão do gentio, contrapondo-o a um filósofo. Note-se:

Contae-me o mal de um destes, e o mal de um philosopho romano, um destes, muito bestial, sua bemaventurança é matar, e ter nomes, e esta é sua gloria; porque mais fazem, a lei natural não a guardam, porque se comem, são luxuriosos, muito mentirosos, nenhuma cousa aborrecem por má, e nenhuma louvam por bôa; têm credito em seus feiticeiros, aqui me encerrareis tudo; um philosopho é muito sábio, mas muito soberbo, sua bemaventurança está na fama ou nos deleites, ou nas victorias de seus inimigos, muito malicioso, que a verdade que Deus lhe ensinou, escondeu, como diz São Paulo, não guardam a lei natural, posto que a entendam, muito viciosos no vicio contra a natura, muito tyrannos e amigos de senhorear, muito cobiçosos, e mui temerosos de perderem o que têm, adoram idolos, sacrificam-lhes sangue humano, e senhores de todo genero de maldade, o que não achareis nestes, porque, segundo dizem os padres, que confessam, em dois ou tres dos mandamentos, têm que fazer com elles, entre si vivem muito amigavelmente, como está claro, pois qual nos parece maior punido para desfazer (NÓBREGA, 1931, pp. 244-5).

Através do *Diálogo* vê-se que a posição de Nóbrega, portanto, era favorável à conversão do gentio. O sucesso da conversão dependeria, pois, mais da responsabilidade do missionário do que do índio. Nesse sentido, o personagem Nogueira destaca que o ofício de converter almas é o maior que há na terra e que requer perfeição do missionário. O *Diálogo*, a meu ver, apresenta-se, assim, como um convite à conversão para o próprio missionário, que estava, com certeza, deixando-se enfraquecer por causa das dificuldades encontradas no embate com o gentio. O missionário abatido e desanimado (no *Diálogo*, representado por Alves) justifica sua posição de aversão ao indígena e à lida com ele, pois este não seria humano e não mereceria investimento. Acredito que, ao escrever o *Diálogo*, Nóbrega, como Provincial, intencionava mesmo chamar a atenção dos missionários: recobrai as forças e evangelizai a nação gentia! E, ainda mais: amai-os como próximos!

“Terra de Santa Cruz”, mais cruz do que santa: algumas considerações

O trabalhar com as cartas e o *Diálogo sobre a conversão do gentio* foi, acima de tudo, um esforço de se compreender e conhecer melhor a “terra dos papagaios”, a América portuguesa do século XVI: “Terra de Santa Cruz”, mais cruz do que santa.

Posso dizer, contudo, que esse texto caminhou na direção de mostrar que a chegada das *Constituições* determinou uma mudança significativa na prática no interior das casas jesuíticas da América portuguesa. Pelo que foi analisado, tal hipótese pôde ser verificada. A organização interna das casas e o trato com o nativo mudaram substancialmente, transformações que podem ser acompanhadas – e que são descritas – nas cartas: divisão em classes, modificação no currículo escolar, distribuição das tarefas entre padres e irmãos e questões afins.

Se a organização do ensino e o trato com o nativo mudaram, isto se deve ao fato de que o jesuíta mudou. À medida que ensinava, o padre também aprendia e tomava novos caminhos em sua prática. Deixava, por exemplo, a “via amorosa” dos primeiros anos e abraçava a via da experiência... Assim, conforme citado anteriormente, Nóbrega valia-se do argumento da experiência para admitir que “a conversão pelo convencimento era inviável”; ele encontrou “na sujeição o caminho apropriado para persuadir o gentio a abraçar o cristianismo” (RAMINELLI, 1996, p. 73).

Nessa direção, posso considerar que as missivas informam muito mais sobre os modos de pensar e agir dos jesuítas do que sobre o índio. Noutras palavras, a “Terra de Santa Cruz”, em suas lutas e conflitos teológico-políticos, pôde ser vista mais cruz do que santa...

Bibliografia

CABRAL, Luiz Gonzaga. **Jesuítas no Brasil**: século XVI. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. **Revista de Antropologia**. São Paulo: Edusp, n. 35, 1992.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CONSTITUCIONES de la Compañia de Jesus. In: **Obras completas de San Inácio de Loyola**. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 1963.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno**: encontros culturais, aventuras teóricas. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

HANSEN, João Adolfo. O nu e a luz: cartas jesuíticas do Brasil: Nóbrega (1549-1558). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 38, 1995.

_____. Manuel da Nóbrega. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (Orgs.). **Dicionário de educadores no Brasil**: da Colônia aos dias atuais. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2002a.

_____. Educando príncipes no espelho. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JR., Moysés (orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002b.

LOYOLA, Inácio. **Exercícios espirituais**. 3ed sobre a primeira de Coimbra, 1726. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1952.

LUZ, Guilherme Amaral. **Carne humana**: a retórica do canibalismo na América portuguesa quinhentista. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Tese de doutoramento), 2003.

MOREAU, Filipe Eduardo. **Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta**. São Paulo: Annablume, 2003.

NEVES, Luiz Felipe Baeta. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios**: colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

NÓBREGA, Manuel. **Cartas do Brasil (1549-1560)**. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

PÉCORA, Alcir. Cartas à Segunda Escolástica. In: NOVAES, Adauto. **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização**: a representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1982.